

Estudo Técnico Preliminar 13/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 043/2023

2. Institucional

O **Core-SP** - Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo, é uma autarquia federal fiscalizadora do exercício profissional, criada pela Lei nº 4.886/65. Trata-se de um órgão consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de representante comercial nesse Estado.

É uma entidade dotada de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e não recebe nenhuma subvenção do governo federal, tendo todo seu recurso alicerçado nos tributos pagos pelos **representantes comerciais**.

2.1. Atribuições Institucionais do Core-SP

As principais atribuições do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo são: promover o registro profissional, fiscalizar o exercício da profissão e zelar pelo cumprimento da Lei nº 4.886/65, esclarecendo aos representantes comerciais e às empresas representadas sobre os direitos e deveres inerentes à profissão.

Também são atribuições do **Core-SP**:

- Expedir carteiras profissionais;
- Organizar e manter o registro dos representantes comerciais;
- Julgar infrações e impor penalidades, conforme a legislação que regula a categoria.

2.2. Criação do Core-SP

Com a sanção da Lei nº 4.886, em dezembro de 1965, foi criado o Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, que se instalou na cidade do Rio de Janeiro, na data de em 10 de outubro de 1966, e, neste mesmo período instalou-se, também, o Core-SP.

Com o passar dos anos, mudanças ocorreram na vida do Core-SP:

- De 1965 a 1968 – Sede localizada na Rua 15 de Novembro 228, 14º andar;
- De 1968 a 1991 - Sede localizada na Av. Paulista, 1009, 8º e 9º andares;
- Atual - a partir de 1991, Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 613 - "Casa do Representante".

A partir do reconhecimento legal da atividade, coube ao Sindicato da classe, à época, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/12/965, a eleição da primeira diretoria do Core-SP.

2.3. Processo Eleitoral

A cada três anos, os **representantes comerciais** que estiverem em situação regular junto à Autarquia Federal, elegem a diretoria que administrará o Core-SP, na forma do artigo 12 da Lei nº 4.886/65.

De acordo com o Regimento Interno, o Conselho regional é composto por 9 (nove) Conselheiros, representantes comerciais registrados, divididos em uma diretoria executiva, suplentes e uma Comissão Fiscal.

Os atos de gestão são sujeitos à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, bem como aos órgãos de controle interno do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, além da obrigatoriedade de divulgação da Administração no Portal da Transparência, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011.

3. Agentes públicos

Os agentes públicos para desempenhar as funções essenciais à execução da Lei n.º 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normativos, foram nomeados pela **Portaria n.º 30/2023, de 5 de abril de 2023**. São eles:

3.1. AGENTES PÚBLICOS

Antônio Carlos Barbosa

Daniel Mitsuru Yasunaka

Jailson Augusto Oliveira

Lígia Estefani Mendes e Silva

Maike André Marques

Merielen Silva Brito dos Santos

Samuel dos Santos

3.2. AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Antônio Carlos Barbosa

Maike André Marques

Samuel dos Santos

3.3. EQUIPE DE APOIO

Daniel Mitsuru Yasunaka

Jailson Augusto Oliveira

Maike André Marques

Merielen Silva Brito dos Santos

3.4. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Lígia Estefani Mendes e Silva

Maike André Marques

Merielen Silva Brito dos Santos

Samuel dos Santos

3.5. DIRETORIA EXECUTIVA DA ENTIDADE

Os agentes públicos dotados de poder de decisão, ou seja, Autoridade Competente, para fins da execução das despesas, orçamento e aplicabilidade da Lei n.º 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normativos, constam na Ata da Reunião Plenária de Posse dos Novos Conselheiros do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo, Triênio 2022/2025, n.º 5362, de 20 de dezembro de 2022. São eles:

DIRETOR PRESIDENTE

Sidney Fernandes Gutierrez, Autoridade Competente

DIRETOR TESOUREIRO

Fábio Luiz Lofrano

3.5. DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Das funções e agentes acima apresentados observamos o princípio da segregação de funções, que veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Observamos ainda, a Lei nº 4.320/1964 que prevê os estágios nos quais acontecem a execução da despesa orçamentária pública, também conhecidos como as fases da despesa pública. Ou seja, o agente responsável pela demanda, não contrata e não paga. O agente responsável pela contratação não gera demanda e não paga, e o agente pagador, não gera demanda e não contrata.

4. Descrição da necessidade

4.1. Registro de preços para aquisição parcelada por meio de Ata de Registro de Preços de materiais de limpeza, higiene e conservação para uso dos Escritórios Seccionais do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo- Core-SP.

4.1.1. A aquisição em referência visa suprir as necessidades de consumo do Core-SP, pelo período de 12 (doze) a 24 (vinte a quatro) meses, a depender da demanda.

4.2. A aquisição dos materiais de limpeza e higiene tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

4.3. O objeto desse termo de referência, recomenda-se que seja licitado via licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pois enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, definido pelo inciso XIII, Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

"XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"

4.4. A contratação em questão será realizada mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme os artigos 82 a 86 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.5. A agilidade e simplicidade proporcionada pelo Pregão, aliada ao SRP, possibilita que a contratação seja ajustada à necessidade da aquisição do Core-SP.

4.6. A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento regional, garantindo a boa qualidade dos produtos e de empresas comprometidas com o desenvolvimento.

4.7. Estas, pois, são as razões e os fundamentos que justificam a adoção do sistema de registro de preços, sob pena de contrariedade ao princípio da supremacia do interesse público.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria Administrativa	Merielen Silva Brito dos Santos

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses após a sua assinatura.

6.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.3. <SUPRIMIDO>

6.3.1. Não será exigida amostra dos itens deste termo de referência.

6.3.2. <SUPRIMIDO>

6.3.3. <SUPRIMIDO>

6.3.4. <SUPRIMIDO>

6.3.5. <SUPRIMIDO>

6.3.6. <SUPRIMIDO>

6.3.7. <SUPRIMIDO>

6.4. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

6.4.1. Alvará Sanitário vigente expedido pela Vigilância Sanitária competente da sede do domicílio do licitante; e

6.4.2. Alvará de Licença para Localização e Funcionamento vigente expedido pelo órgão competente da sede do domicílio do licitante.

6.5. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, e sem quantitativo previsível, portanto, adota-se o sistema de registro de preços para maior controle e evitar desperdícios.

6.6. Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação do Setor de Compras /Licitações, mediante Nota de Empenho e Ordem de Compra.

6.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas.

6.9. Cumprir Legislação Sanitária Federal, Estadual e Municipal.

7. Levantamento de Mercado

7.1. O procedimento administrativo adotado para a realização de pesquisa de preços foi em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021.

7.1.1. Foi emitido Relatório de Cotação: PA043/2023 - Materiais de Limpeza Escritórios Seccionais, cuja pesquisa foi realizada entre 11/05/2023 18:15:39 e 12/05/2023 17:41:22.

7.1.2. O Método Matemático Aplicado foi a **Mediana dos preços obtidos** - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

7.1.3. O relatório consta nos autos do processo administrativo.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Entre as soluções disponíveis no mercado, a única opção viável é a Aquisição/Contratação, vez que tais Itens se destinam a suprir e compor o estoque dos respectivos Escritórios Seccionais.

8.2. Os Itens em questão, definidos no Termo de Referência (TR), atendem às especificações usuais constantes no mercado e destinam-se a utilização para manutenção das atividades meio do Core-SP.

8.3 Optou-se por realizar a presente Aquisição/Contratação, através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, conforme destacado em negrito e sublinhado, *in verbis*:

"Adoção

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
(no presente caso temos 12 Escritórios Seccionais distribuídos no estado de São Paulo)

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

8.4. Considerou-se, ainda, o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à Distribuição dos Itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao Consumo Sustentável/Consciente.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Foi solicitado a cada gerente do respectivo escritório seccional a estimativa das quantidades de cada item, considerando o histórico dos anos anteriores.

9.2. Para assegurar o suprimento pelo prazo máximo de até 24 meses, as quantidades foram dobradas, garantindo assim a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços - ARP no prazo máximo.

9.3. Foi elaborada tabela com a relação dos itens, que constará como anexo ao Edital

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.805,70

10.1. Considerando os orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a **mediana** dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

10.2. Realizamos análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexecutáveis ou excessivamente elevados, segue em anexo **Relação dos Itens** com estimativa de valores.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme § 1º e § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as aquisições deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12.2. A licitação que mais se aproximou da presente foi o PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2023, do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (926526), cujo objeto é a contratação por meio de Ata de registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza e materiais descartáveis, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no valor estimado da contratação de R\$ 164.261,53.

12.2.1. Muitos parâmetros e disposições nortearam o presente processo, a título de conhecimento segue o link: (<https://pncp.gov.br/app/editais/08506339000176/2023/2>).

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no planejamento estratégico e orçamentário do Core-SP.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A aquisição em referência visa suprir as necessidades de consumo dos respectivos Escritórios Seccionais desta Autarquia, pelo período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

14.2. Vislumbramos atender a Requisição nº 043/2023 de 27 de fevereiro de 2023.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução para aquisição de Material de limpeza, para atender as solicitações dos diversos Escritórios Seccionais do Core-SP, mostra-se viável tecnicamente e necessária.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MERIELEN SILVA BRITO DOS SANTOS

Equipe de apoio

JAILSON AUGUSTO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

MAIKE ANDRE MARQUES

Agente de contratação

SIDNEY FERNANDES GUTIERREZ

Autoridade competente